



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPOS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

IVANDRO DE LIMA

**A DECADÊNCIA DOS ENGENHOS DE CANA DE AÇÚCAR DO MUNICÍPIO
ALAGOA NOVA-PB NA DÉCADA 1990.**

**CAMPINA GRANDE – PB
2016**

IVANDRO DE LIMA

**A DECADÊNCIA DOS ENGENHOS DE CANA DE AÇÚCAR DO MUNICÍPIO
ALAGOA NOVA-PB NA DÉCADA 1990.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Luíra Freire Monteiro

CAMPINA GRANDE – PB
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732d Lima, Ivandro de
A decadência dos engenhos de cana de açúcar do Município
Alagoa Nova-PB na década 1990. [manuscrito] / Ivandro de Lima.
- 2016.
21 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Profa. Dra. Lúira Freire Monteiro,
Departamento de História".

1.Engenho. 2.Decadência. 3.Usina. 4.Sindicato. 5.Cana-de-
açúcar. I. Título.

21. ed. CDD 633.61


IVANDRO DE LIMA

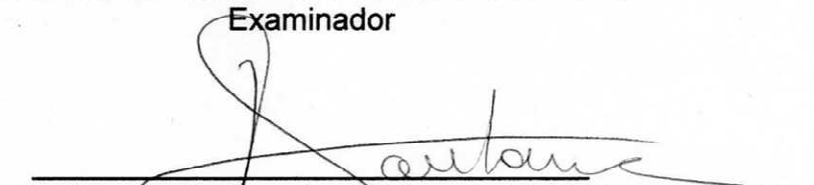
**A DECADÊNCIA DOS ENGENHOS DE CANA DE AÇÚCAR DO MUNICÍPIO
ALAGOA NOVA-PB NA DÉCADA 1990.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de
Graduação em História da
Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à
exigência para obtenção do grau
de Licenciado em História.

Aprovada em 27/10/2016.


Profª Drª. Luira Freire Monteiro / UEPB
Orientadora


Prof. Dr. Matusalém Alves de Oliveira / UEPB
Examinador


Profª Dr Flávio Carreiro de Santana / UEPB
Examinadora

Sumário

INTRODUÇÃO.....	03
1 A INSTALAÇÃO DOS PRIMEIROS ENGENHOS DE CANA-DE-AÇUCAR NO BRASIL.....	06
2 HISTORIA DA FORMAÇÃO DA CIDADE DE ALAGOA NOVA.....	08
3 OS PRIMEIROS ENGENHOS DE CANA-DE-AÇUCAR EM ALAGOA NOVA.....	10
4 FORMAÇÃO E SURGIMENTO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS NO BRASIL.....	11
5 FORMAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA NOVA – PB E A SUA ATUAÇÃO SINDICAL.....	14
6 A FORMAÇÃO DAS PRIMEIRAS USINAS PRODUTORA DE AÇUCAR NO BRASIL.....	16
7 AS POLITICAS PUBLICAS NACIONAIS DIRECIONADAS PARA O INVESTIMENTO DO SETOR AGRO AÇUCAREIRO.....	18
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
9 REFERENCIAS.....	21

A DECADÊNCIA DOS ENGENHOS DE CANA DE AÇÚCAR DO MUNICÍPIO ALAGOA NOVA-PB NA DÉCADA 1990.

LIMA, Ivandro de. Graduando em Historia pela Universidade Estadual da Paraíba.
Contato:

RESUMO

Este artigo faz uma análise teórica sobre os motivos de ordem econômica por parte da metrópole portuguesa que fizeram com que houvesse a instalação dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar no Brasil, onde com a crise das exportações do açúcar para o mercado consumidor europeu houve o alavancamento da cultura da criação de gado no interior da colônia. Faz um recorte histórico e historiciza a formação da cidade de Alagoa Nova, com as suas principais atividades econômicas a partir do século XVIII, relata o período que foi instalado os primeiros engenhos de cana-de-açúcar no povoado, onde estes mantêm a cultura de produção dos derivados da cana-de-açúcar no futuro município por mais de dois séculos, e, relata as principais causas históricas que contribuíram para que houvesse a decadência desses engenhos a partir dos anos 90 do século XX.

Palavras-chaves: Engenhos. Decadência, Localidade, Usinas, Sindicatos e cana-de-açúcar.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal, fazer uma discussão teórica, sobre como se deu a decadência dos engenhos de cana-de-açúcar no município de Alagoa Nova, nos anos 90, no século XX.

Para que houvesse o desenvolvimento desta pesquisa, foi preciso fazer teoricamente um apanhado histórico de como se originou a ideia de se cultivar a cana-de-açúcar em solo colonial brasileiro.

Como se deu o processo de instalação dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar na colônia, que tinha por objetivo atender a uma política mercantilista exportadora colonial do açúcar brasileiro para Europa pelos colonizadores portugueses.

Sendo que a partir desta historicização fazemos uma contextualização dos interesses de cunho econômico dos colonizadores portugueses, que fizeram com estes instalassem os primeiros engenhos de cana-de-açúcar na zona da mata litorânea da capitania da Paraíba.

E depois se voltasse para o desbravamento dos sertões da capitania, onde

introduziriam a cultura de criação de gado no interior desta, devido a acentuada crise que foi desencadeada no comércio exportador do açúcar brasileiro no século XVII.

Onde estes desencadeamentos de fatos fizeram com que se originassem inúmeras cidades no interior do Brasil colônia, com Alagoa Nova sendo uma dessas em meio a esse emaranhado de cidades que se originaram no decorrer do século XVII.

Falamos também de como se deu processo de formação, de suas primeiras atividades econômicas, e, de como se originaram os primeiros engenhos de cana-de-açúcar nos domínios territoriais da futura cidade de Alagoa Nova.

Fizemos um recorte histórico para mencionar quantos engenhos já existiam no município de Alagoa de Nova, no decorrer de praticamente quase todo século XX.

E por fim fizemos uma abordagem teórica argumentando sobre as causas que fizeram com que houvesse a total desestruturação e encerramento das atividades manufatureiras de fabricação dos produtos derivados da cana-de-açúcar nos engenhos do município de Alagoa Nova-PB.

Onde estes produtos fazem a mais de quatro séculos em maior ou menor proporção parte da cultura alimentar da população interiorana do nordeste brasileiro.

1. A instalação dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar no Brasil.

Para (Sodré, p. 63), a instalação dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar no Brasil pelos portugueses durante o período de colonização, estaria ligado ao fato de ser Portugal o maior produtor de açúcar desde o século XV.

Para ele este gênero básico da colonização teria as condições ideais para ser produzido, devido ao fato das terras brasileiras ter o tipo de solo ideal para o plantio e conseqüentemente a produção do açúcar, que é um produto derivado da cana-de-açúcar.

Essa empreitada só foi possível ser realizada, com apoio financeiro disponibilizado pelos mascavos holandeses, que prontamente disponibilizaram

empréstimos para que se tornasse viável no Brasil a instalação da empresa açucareira.

Com esses empréstimos os colonizadores portugueses instalaram através dessa parceria entre esses grupos de investidores das duas Nações os primeiros engenhos de cana-de-açúcar no Brasil.

Onde a sua mão de obra para o plantio, corte da cana, e, produção do açúcar seria impulsionado pela mão de obra escrava dos negros trazidos da África, que seriam a mola propulsora do desenvolvimento no decorrer de quatro séculos da cultura da cana-de-açúcar em solo nativo brasileiro.

“Para justificar essa afirmação (Sodré, p. 65,66) argumenta o seguinte: ...”
Na expansão açucareira, a Holanda tem um duplo papel: impulsiona o investimento inicial e mantém o domínio da distribuição. Comporta-se, quanto ao açúcar, em relação a Portugal, como Portugal em relação ao oriente, quanto às especiarias. Participa da expansão açucareira nos lucros dos investimentos, nos fretes e na distribuição. Portugal fica com a produção, com ajuda do capital comercial holandês; a Holanda fica com a distribuição. “A ampliação do consumo de açúcar no século XVI permite que a empresa da colonização supere os enormes obstáculos que defrontam que pareciam condená-la ao fracasso”.

Seria mais difícil sem a ajuda financeira e logística que os holandeses, disponibilizaram para os colonos portugueses viabilizarem a instalação da montagem da empresa açucareira em solo brasileiro do que foi com o financiamento dos mascavos holandeses a viabilização desse empreendimento nas terras nativas do hoje denominado Brasil.

Para o autor os holandeses têm um duplo papel nessa engrenagem econômico financeiro que seria o impulsionamento do investimento inicial e o domínio da distribuição, ou, seja os holandeses participaram ativamente da expansão açucareira ampliando o mercado consumidor europeu de açúcar no século XVI, participando estes dos lucros do investimento, do lucro nos, fretes e dos lucros de distribuição do açúcar no mercado europeu.

Que ajudaria naquele determinado momento histórico-econômico, aos portugueses viabilizar não só a empresa açucareira, como também a consequente colonização dessas terras, ajudando os holandeses a permitir que essa empresa que também impulsionou a colonização dessas terras a superar os possíveis e não poucos obstáculos que a empresa açucareira se defrontou, obstáculos esses que poderiam ter fadado essa empresa ao possível fracasso inicial de sua instalação.

Fazendo uma análise sobre o processo que ocasionou a crise nas exportações do açúcar brasileiro no decorrer do século XVII, devido a forte concorrência do açúcar antilhano, que competia gradativamente com o açúcar brasileiro, para conquistar uma maior fatia do mercado exportador europeu, que comprava açúcar em grande escala.

Toma-se como referencia (Furtado, 2007), onde ele argumenta que empresa açucareira foi uma das molas propulsoras das primeiras atividades econômicas do nordeste brasileiro no século XVI.

Onde desenvolvimento da atividade de criação de gado no interior estava diretamente atrelada ao declínio da produção açucareira que enfrentava forte concorrência do açúcar que era produzido nas Antilhas.

Para (Furtado 2007: p. 104). [...]. A estagnação da produção açucareira não criou a necessidade - como ocorreria nas Antilhas - de emigração do excedente da população livres formada pelo crescimento vegetativo desta. Não havendo ocupação adequada na região açucareira para todo o incremento de sua população livre, parte dela era atraída pela fronteira móvel do interior criatório. Dessa forma, quanto menos favoráveis fossem as condições da economia açucareira, maior seria a tendência imigratória para o interior.

Na concepção dele o desenvolvimento da atividade criatória foi impulsionada pelo declínio da produção e baixa no volume de comercialização do açúcar para o mercado exterior, onde conseqüentemente gerava uma maior ociosidade e disponibilidade da mão de obra da população livre, que iria paulatinamente sendo inserida na ocupação criatória de gado. Pelo fato do fenômeno da criação de gado não gerar altos custos financeiros para essa atividade econômica de subsistência.

Furtado se municia na certeza de que a atividade da criação de gado no nordeste brasileiro está vinculada a crise que a economia açucareira brasileira, enfrentou a nível mundial de exportação e que no decorrer do século XVII esta crise propiciou desencadeamento da atividade criatória.

Que iria fazer as vezes de uma das várias economias de subsistência do Brasil colonial, onde esta iria servir através do abatimento do gado para alimentar a população tanto do litoral como do interior do nordeste.

Onde o couro extraído do abatimento do gado, serviria para produzir produtos manufaturados para a sobrevivência cotidiana e a conseqüente comercialização interna desses produtos no nordeste brasileiro, ou, seja para Furtado o nascimento de uma nova atividade econômica estava atrelada ao declínio momentâneo de outra atividade econômica.

2. Historia da Cidade de Alagoa Nova

Para (Sales, 1990, p.31); em seu livro Alagoa Nova noticias para sua História, onde esse é o único livro de que se tem informação sobre a história da formação da cidade.

Ele argumenta o seguinte: Não muito distante do pião da sesmaria do olho d'água da prata, no divisor de águas e próximo de uma depressão que se transforma em lagoa nas fases chuvosas se formou aglomerado de casas. O lugarejo tomou o nome de Alagoa Nova e já existia em 1778 (Tavares p. 66 - 380). Era certamente ponto de reabastecimento e de pouso dos que buscavam produtos da região.

Na concepção do autor o povoado de Alagoa Nova origina-se através da concessão pelo governador da Capitania de sesmaria.

Ao Coronel José de Abreu Tranca que era descendente de portugueses e vinha do sertão da Bahia, impulsionado pelo advento da guerra entre holandeses e portugueses.

Ao adentrar se instalar no cariri e agreste do hoje território paraibano, ele impulsiona o desenvolvimento da cultura da criação de gado.

Tranca teve ligações de amizade e até familiares com a família de Teodósio de Oliveira Ledo que segundo outros historiadores paraibanos seriam o fundador da vila do que hoje se configura como sendo o município de Campina Grande.

Sales também argumenta que também contribuiu para a sua formação o fato desse ponto geográfico servir de entreposto de descanso dos tropeiros e de seus animais nas viagens que faziam do sertão ao litoral e vice e versa.

Onde paravam para descansar, se alimentar, tomar água eles e seus animais de carga nas margens do local onde atualmente se encontra a lagoa da cidade.

Além de comercializarem com os nativos locais, segundo (Sales, 1990, p. 37), produtos que os sertanejos levavam para o sertão em sua volta do litoral que seriam:

feijão, milho, mandioca, frutas, algodão e farinha.

O brejo se transformou num celeiro das regiões sertanejas que sofriam com os problemas climáticos da seca.

E o povoado do futuro município de Alagoa Nova, para o escritor se tornou um centro produtor de farinha que constituía uma forte atividade econômica na região do brejo de Alagoa Nova.

Abastecendo o povo sertanejo com esse alimento de sua total confiança que era a farinha de mandioca, com essa atividade agrícola inicia-se a primeira indústria da região do brejo da Paraíba que eram as casas de farinha.

A força de trabalho era a mão de obra escrava e com pouco capital monetário circulante a expansão dessa atividade econômica escasseava-se.

Fazendo com que os proprietários de terras e escravos buscassem uma maior rentabilidade através do início do cultivo da cana-de-açúcar

Nesses idos do século XVIII, o povoado de Alagoa Nova tornara-se uma das rotas geográficas centrais de descanso, pouso, e, comércio desses tropeiros viajantes que saíam de suas rotas do sertão para o litoral da Paraíba e vice e versa, onde transportavam seus produtos para comercializarem no litoral.

E nas suas vindas reabasteciam os seus animais com produtos oriundos do brejo e agreste da Paraíba.

Devido ao fato dessa sesmaria a época concedida ao Coronel José de Abreu Tranca, E depois com a sua morte ter sido partilhada entre seus filhos onde um deles teve enorme destaque no povoado cujo nome foi herdado do pai ao ser chamar de Capitão José de Abreu e Tranca.

Fazer divisas geográficas com a comarca de Campina Grande, Areia, Esperança, com Alagoa Grande, sendo uma das últimas rotas dos tropeiros que saíam de Campina Grande passavam por Alagoa Nova e desciam rumo a Alagoa Grande, que seriam um dos roteiros finais deles rumo ao litoral da capitania.

Alagoa tornou-se um dos importantes pontos geográfico de comércio e pouso da capitania.

Foi discutido anteriormente que os proprietários de terras queriam angariar uma maior rentabilidade em suas atividades agrícolas no povoado de Alagoa Nova, devido ao fato do comércio da farinha não gerar grandes dividendos financeiros. Fazendo com que essa necessidade por maior disponibilidade de dividendos financeiro fizesse com que despertasse por parte dos proprietários de terra de

Alagoa Nova a ideia ou necessidade de instalar engenhos de cana-de-açúcar em suas propriedades.

3. Primeiros Engenhos de cana-de-açúcar em Alagoa Nova

(Sales 1990, p.65-66), relata que nos idos do século XVIII, já funcionava seis engenhos de cana-de-açúcar na sesmaria de Alagoa Nova. Sendo esses engenhos produtores de açúcar, rapadura, aguardente, onde eles seriam movidos pelo emprego do funcionamento da força animal e do trabalho escravo.

Ele destaca um fato importante em seus escritos que seria a divisão das terras entre os descendentes do capitão José de Abreu Tranca, após a sua morte, onde essa divisão fraciona a grande propriedade rural deste, surgindo assim às médias e pequenas propriedades com seus engenhos de rapadura ou aguardente, sítios de café, e terrenos foreiros, meeiros, e, de moradores.

Para época a cultura da cana-de-açúcar e conseqüente industrialização de seus derivados exigia mão de obra cara e dispendiosa com as deficiências monetárias impondo certo freio a expansão da atividade agrícola.

E é a partir dessa percepção desses produtores que começa a haver o início do cultivo e da produção dos derivados da cana-de-açúcar, mesmo havendo as limitações pecuniárias, que o processo de fabricação desses derivados impunha a eles.

Quando fazemos um recorte histórico e analisamos a situação funcional dos engenhos no decorrer do século XX, até os anos 70 e 80, percebemos que em Alagoa Nova existiam entorno de quarenta engenhos de cana-de-açúcar em pleno funcionamento.

Fazendo com que reflitamos sobre o quanto foi importante o desenvolvimento ao longo de três séculos da cultura da cana-de-açúcar para economia do município de Alagoa Nova.

Mas nos fins dos anos 80, e, início dos anos 90, percebemos que começa a haver uma certa decadência das atividades de não todos, mas a maioria dos engenhos de cana-de-açúcar o que nos faz tentar analisar teoricamente os possíveis fatores que fizeram com que esses engenhos entrassem em decadência e

encerrassem as suas atividades relacionadas à produção dos derivados da cana-de-açúcar. Esses possíveis fatores seriam: atuação sindical, surgimento das usinas e o desenvolvimento das políticas públicas nacionais direcionadas para o investimento do setor agro açucareiro, etc.

4. Formação e Surgimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Brasil

O pontapé inicial para a formação dos sindicatos dos trabalhadores rurais, no Brasil, se dá em 1955, com a formação da ULTAB – União dos Trabalhadores Agrícolas no Brasil, e as ligas camponesas.

O movimento das ligas camponesas fez suas primeiras mobilizações reivindicatórias no engenho galileia, no nordeste brasileiro.

Segundo (Moreira 1990, p. 362): [...] Ali se multiplicaram as ligas camponesas de Francisco Julião, com sede pública; primeiro para impor aos senhores de terra condições explícitas e menos espoliativas nos contratos anuais de arrendamentos, depois para pleitear a própria posse de terra, através de reforma agrária.

Observamos pelo relato do autor que as ligas camponesas foram às primeiras organizações sociais ou, seja, grupos organizados pelos trabalhadores do campo, que na década de 50 teria por objetivo lutar contra as injustiças sociais praticadas contra eles, por parte dos grandes proprietários de latifúndios rurais do nordeste brasileiro.

Para:

(Moreira, 1990. p. 362). Esses movimentos lutavam em defesa dos pequenos agricultores e também lutavam por preços mais em conta no arrendamento. Aos poucos as ligas camponesas se formavam em outros locais do Brasil, multiplicando-se em todos os países.

E é a partir dessa organização por categoria que o homem do campo, com as suas devidas exceções, percebem que é preciso lutar para conquistar seus direitos trabalhistas e sociais.

Com advento da formação das ligas camponesas, começaram a surgir lentamente no Brasil, as organizações trabalhistas rurais sindicais, com os trabalhadores rurais entrando de forma lenta mais decisiva na luta por uma melhor estruturação nas relações trabalhistas e sociais no meio rural brasileiro, e

principalmente o nordestino.

O principal objetivo quando começou através dessa consciência de classe trabalhadora, a se formar e se estruturar os sindicatos dos trabalhadores rurais seria a conquista do direito do trabalho assalariado como também dos seus direitos sociais, e o direito do acesso a terra.

E pelo fato de ser um movimento de reivindicações e oposição à desigualdade social no campo, as ligas camponesas sempre estiveram relacionadas ao espectro de repressão e violência no campo por parte dos grandes latifundiários rurais.

(Oliveira 1993, p 29-30) destaca que uma das greves entre cortadores de cana da Usina Estrelinha no Pernambuco em agosto de 1963, muitos trabalhadores foram mortos por repressão dos usineiros.

Essa citação demonstra o grau de insatisfação e repressão por parte da elite agrária brasileira que foram utilizadas praticamente, para reprimir os atos de insatisfação e reivindicações das organizações sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiros.

As ligas camponesas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR, fundaram em 1963 a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, sendo elaborado também o Estatuto do Trabalhador Rural. O objetivo da CONTAG seria a união das lutas entre trabalhadores do campo e da cidade.

Em 1964, o movimento sindical organizou-se para implantar uma reforma de base, e formação, os setores da elite agrária brasileira avançam contra essas propostas.

E apoiam o golpe militar no Brasil de 1964, essa foi sem dúvida uma grande derrota para o movimento sindical brasileiro. Onde muitos dirigentes sindicais foram presos e os movimentos sociais não souberam preparar suas bases para uma resistência.

Todos os movimentos sociais foram silenciados e o governo militar envia ao Congresso o plano de reforma agrária, que teria por objetivo acalmar os movimentos sociais no campo, levando os trabalhadores a acreditarem que os militares iriam fazer a Reforma Agrária sem a interferência dos partidos comunistas.

Essa esperança de reforma agrária por parte dos trabalhadores rurais seria uma plena ilusão, porque o ministro da reforma agrária Roberto Campos, garantiu

aos congressistas que o plano apresentado não iria ser posto para votação no congresso nacional.

Frustrando a euforia dos trabalhadores que sonhavam com uma reforma agrária no Brasil, além de também caçarem seus direitos.

Na década de 70, o sindicalismo rural, sofre a influencia do novo sindicalismo, devido ao fato de que o movimento sindical rural estava apenas no começo de suas atividades sindicais.

Enquanto que os demais sindicatos da classe trabalhadora urbana, já tinham décadas de atuação anterior ao sindicato dos trabalhadores rurais, fazendo com que os sindicatos dos trabalhadores rurais sofressem essa influencia, por parte das representações classistas dos trabalhadores urbanos.

A CONTAG tinha apenas sete anos de fundação e como estava sobre intervenção militar o movimento dos trabalhadores não tinham uma ação nacional planejada diretamente por ela.

Fazendo com que as lideranças sindicais fizessem um trabalho voltado para as bases locais no interior dos pais, não desistindo esses de se organizarem.

Com a sua estrutura sindical se formando, mesmo enfrentado a repressão da ditadura militar.

As reuniões para a formação dos sindicatos no interior do Brasil eram feitas nas praças, onde às vezes apareciam os policiais militares que proibiam a movimentação dos trabalhadores rurais.

Quando as lideranças eram descobertas pelos militares na maioria das vezes eram presas ou mortas, pois eram tratados como subversivos.

5. Formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova-PB e sua Atuação Sindical

É nesse contexto da conjuntura de formação nacional dos movimentos sindicais rurais que nasce o Sindicato dos Trabalhadores rurais de Alagoa Nova.

Que foi fundado em 10 de outubro de 1963, segundo informa o seu alvará de funcionamento, que está exposto na sala de sua presidência.

Tomando como referencia a discussão feita em relação à temática da formação dos sindicatos rurais e suas federações no país e conseqüentemente com

a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova- PB.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova-PB, popularmente conhecido como Nequinho em entrevista que fiz para com ele, relatou-me o seguinte:

O Golpe militar fez com que mudasse o objetivo central do sindicalismo que era organizar, mobilizar e enfrentar as lutas em favor da categoria, deixando os sindicatos a pertencer ao assistencialismo conveniado com a saúde totalmente diferente do seu objetivo, foi isso que aconteceu no sindicado de Alagoa Nova e nos sindicatos de todo o Brasil.

Que a partir dos anos 80 com o enfraquecimento da ditadura militar e o fortalecimento das massas populares através das diretas já e outras lutas é que o movimento sindical passara a lutar novamente pela reforma agrária reivindicando a aprovação pelo congresso, do estatuto da terra que era a Lei 4.504 que dá direito a desapropriação de terras improdutivas destinadas para o interesse social, segundo ele essa lei teria sido engavetada pelos governos militares e não posta em votação pelo Congresso Nacional.

Existiam as leis trabalhistas desde 1945, mas que só a partir dos anos 70 foi que essa lei foi concedida para os trabalhadores rurais, mas que só a partir de 1982, começou uma luta aqui no Estado da Paraíba para que esses direitos como férias décimo terceiro salários, fossem garantidos aos trabalhadores rurais.

Em 1984, tivemos o primeiro dissídio coletivo na delegacia do trabalho, o primeiro da zona caveira, neste caso, Alagoa Nova que na época contava com 28 engenhos de cana –de- açúcar, onde esses engenhos detinham em torno de 3.000, trabalhadores rurais assalariados que entraram também na luta por melhores condições de vida, participando centenas desses trabalhadores dos dissídios coletivos trabalhistas.

Quando analisamos a historia da formação dos sindicatos rurais brasileiros, como também os comentários feitos pelo presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Nova, sobre a luta no decorrer dos anos de 1960, em diante por parte das entidades sindicais pelos direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores da lavoura da cana- de- açúcar, observamos que as lutas trabalhistas em busca de seus direitos duraram mais de duas décadas para se concretizarem.

Mas mesmo depois dessa concretização não houve a eliminação das duras jornadas de trabalho nos canaviais de cana-de-açúcar do nordeste brasileiro, como também especificamente nos do município de Alagoa Nova.

E esse fato está relacionado ao contexto histórico de como foi concebido socialmente e culturalmente a formação do complexo da indústria açucareira no Brasil no século XVII em diante, através da introdução do trabalho escravo e depois com a substituição deste pelo trabalhador livre de ganho.

Para (Andrade, 1995, p.82), na passagem de agricultora de meação e do sistema de moradores para o sistema assalariado, os trabalhadores foram afastados das áreas que passavam a ter melhores de acesso ao mercado.

Percebe-se no comentário do autor que nas propriedades dos engenhos os trabalhadores dispunham de uma casa para morar com a sua família e também desenvolviam as atividades da agricultora de subsistência, onde o resultado da sua produção seria dividido pela metade com os proprietários dos engenhos, denominando-se esta como menciona o autor da cultura de meação.

(Andrade, 1995, p. 82). Ainda destaca que na transição entre esses sistemas os trabalhadores foram afastados das áreas que passam a ter melhores condições de acesso ao mercado.

Nas entrelinhas o autor vai destacar indiretamente como passa a ser definida a dinâmica de funcionamento da produção agro açucareira,

Onde começa a ter destaque as modernas e grandes usinas produtoras de açúcar e álcool, que limitam ao máximo possível a quantidade de mão de obra agora assalariada em suas atividades para diminuírem o custo de produção.

Inviabilizando a continuidade de funcionamento da grande maioria dos médios e pequenos engenhos produtores de rapadura e aguardente após essa transição de sistemas argumentada por (Andrade, 1995).

Que praticamente faz com que esses engenhos encerrem as suas atividades dos produtos derivados da cana-de-açúcar por não poderem arcar com os custos sociais e financeiros que representariam os trabalhadores rurais assalariados para a sua dinâmica de lucro que seria adquirido com a comercialização desses derivados.

6. A Formação das Primeiras Usinas Produtoras de Açúcar no Brasil

O Brasil no período imperial passou por uma expressiva crise, no que diz respeito às exportações de seu açúcar, devido à forte concorrência no mercado internacional do açúcar de beterraba produzido nas Antilhas.

Como também do açúcar produzido em outros países, como por exemplo, Cuba, que impulsionado pelos investimentos norte-americanos, assina um acordo

comercial com os Estados Unidos, fazendo com que o seu produto tivessem uma triplicada participação no mercado exportador de açúcar.

Esse fator fez com que o açúcar brasileiro sofresse uma forte queda em sua comercialização dentro do mercado de exportação mundial desse derivado da cana-de-açúcar.

Percebendo que estava ocorrendo essa queda do açúcar brasileiro na pauta das exportações do país. O governo imperial brasileiro projetou fazer a modernização do setor objetivando o refortalecimento do país no mercado exportador do açúcar.

Para que esse objetivo se concretizasse seria preciso fazer mudanças de cunho econômico mantendo a mesma estrutura social de concepção do trabalho escravo na futura indústria agro açucareira.

Essa mudança de cunho econômico se daria através de uma série de benefícios concedidos por lei, onde o estado estimularia através da entrada de capitais nacionais e estrangeiros, o desenvolvimento da implantação de grandes unidades industriais, que seriam responsáveis pelo desenvolvimento de um açúcar de melhor qualidade que seria direcionado para a sua comercialização no mercado exportador.

Onde a exigência por produtos de melhor qualidade ia se configurando perante a população de outros países compradores desse produto como uma regra definida.

E é nesse contexto que irá haver a constituição das grandes usinas que seriam as alavancadoras do processo de modernização no âmbito da fabricação do açúcar.

Com essas usinas implementando novas técnicas científicas no processo em larga escala de produção do açúcar em substituição a produção artesanal e manufatureira do açúcar produzido nos médios e pequenos Engenhos de cana-de-açúcar do Brasil como um todo entre o final do século XIX, continuando com esse processo de modernização no decorrer das sete primeiras décadas do século XX.

Percebemos que com toda essa engrenagem de incentivos e investimentos que o governo federal brasileiro dispensou para o desenvolvimento científico e tecnológicos dessas usinas fizeram com que houvesse o total desinteresse por parte do governo em impulsionar políticas governamentais de crédito para os já combatidos engenhos de cana-de-açúcar que agonizavam com predatória

concorrência das grandes usinas, que inviabilizavam o processo de produção açucareira destes.

“Para (Andrade, 1994, p. 225). A proteção dispensada às usinas e destilarias de álcool e ampliação de crédito a elas fizeram com que o processo usineiro se intensificasse pouco a pouco, os primitivos engenhos banguês fossem sendo desmontados, resistindo, por algum tempo, apenas aqueles localizados em áreas menos acessíveis e onde a produção destinava-se ao mercado local e sub-regional”.

E indiscutível o processo de modernização do setor canavieiro do Brasil, onde o crescimento industrial de usinas e destilarias estabeleceria uma desleal concorrência com o seu congênere artesanal.

Os produtos derivados da cana-de-açúcar, e a aguardente que eram fabricados em pequenos engenhos não poderiam se manter em eterna posição de domínio no mercado interno brasileiro, onde a atuação do Estado acelerou a desestruturação da produção que beneficiou um pequeno segmento e excluiu a grande maioria dos produtores dos derivados da cana-de-açúcar.

7. As políticas Públicas nacionais direcionadas para o investimento do setor agro açucareiro.

As primeiras Políticas Públicas Nacionais desenvolvidas para o fortalecimento do setor agro açucareiro aconteceram no último quartel do período imperial e se consolidaram no decorrer do século XX.

A criação do Instituto do Açúcar e Alcool em 1933 é um exemplo disso. O IAA teve como principal objetivo fazer políticas planejadas de desenvolvimento para o setor agro açucareiro, através da implementação do financiamento com dinheiro público estatal, com juros subsidiados da atividade canavieira dos grandes usineiros.

Constata-se que a partir desse momento que quem teria prioridade pelas políticas de desenvolvimento do setor agro açucareiro implementadas pelo I.A.A, seriam os grandes usineiros que tinham uma forte influência política e de barganha para atender seus interesses dentro do âmbito da autarquia.

Até porque muitos destes teriam sido os principais dirigentes desta autarquia. Que serviu de trampolim para através da ideologia de expansão industrial desses dirigentes, implementar a política de expansão industrial da produção açucareira e

retrairia em contrapartida a produção artesanal e manufatureira do setor.

“Como bem mostra (AMARAL, 1940, p.146)”. “A política do Instituto do Açúcar e do Alcool vem contribuindo poderosamente para o predomínio da uzina sobre bangüê e o quebra-peito”

Percebe-se através dessa citação que o principal objetivo do IAA, sempre esteve voltado para o processo da expansão da produção industrial e não da produção artesanal e manufatureira desse setor agrícola brasileiro,

Podemos observar que essa política de incentivos financeiros e fiscais para o desenvolvimento do setor agro açucareiro se perdurou por quase quatro décadas no Brasil.

Com o Estado sendo um dos promotores da garantia do aumento da produção da cana-de-açúcar no país. Onde quando havia as crises e recuperação ocasionais dessa atividade.

O Estado a aparelhava com a concessão de recursos para a sustentação do setor através da concessão de créditos, subsídios, equalização de preços, rolagens de dividas, anistias-fiscais, etc.

Como bem afirma Fonte (2004, p.179). A transferência de recursos para a sustentação do setor açucareiro mediante múltiplos mecanismos proporcionou o adiantamento da implantação de políticas com soluções definitivas para os problemas sociais e econômicos da população.

Mas com advento da política neoliberal que se desencadeou pelo mundo afora principalmente nos Estados Unidos da Américas e as principais nações europeias nos anos 80 e 90 do século XX.

Essa política também é assimilada e desencadeada no Brasil pelos governantes de então do Governo Brasileiro. Onde o principal objetivo dessas política dos anos 1990, seria limitar o poder de intervenção do Estado dos setores agro açucareiro.

Para Fonte (2004, p. 180) não há sinais de que o Estado Brasileiro tenda a reorientar sua política de cunho neoliberal para promover o refinanciamento dos débitos das empresas em dificuldades porque a historia mostra que a renegociação da divida nem sempre acarreta melhoria no desempenho da empresa.

Observa-se que o socorro do Estado para tirar as usinas da crise financeira, sempre se configurou como sendo uma política de cunho individualista que não obedecia a um programa de incentivos financeiros que envolvesse uma região como um todo.

Para (Fonte, 2004, p. 180). O momento marcado pelo encolhimento do papel do Estado, da precária situação das finanças públicas, dado o volume de sua dívida externa e interna, tem aumentado as barreiras ao modelo de intervenção que tem caracterizado a relação entre Estado e o setor.

Ou seja, para o autor a história do desenvolvimento da produção agroaçucareira sempre esteve atrelada a proeminente intervenção econômica do Estado brasileiro nesse setor no decorrer do século XX.

Com o advento do desenvolvimento das políticas econômicas neoliberais absorvidas pelo Estado brasileiro a partir dos anos 1990.

Não houve mais por parte do Estado Brasileiro interesse de continuar mantendo uma política de intervenção estatal do setor agroaçucareiro, chegando ao fim o ciclo após quase um século, da política de investimentos com dinheiro público nessa que é a mais antiga atividade agrícola do Brasil.

A partir desse momento não haveria mais possibilidade para o Estado subsidiar, dar anistia fiscal e renegociar as dívidas bancárias dos grandes usineiros que produzia açúcar e álcool no Brasil.

Levando alguns deles a falência e fechamento de suas usinas, como também de muitos engenhos que vendiam metade da sua safra de cana-de-açúcar, que era destinada com o lucro de sua venda para manter as suas atividades manufatureira de fabricação da cachaça e rapadura. Que seriam derivados da cana-de-açúcar, de grande apelo e consumo popular nas regiões interioranas do Nordeste Brasileiro.

Mas que também sofreu uma forte crise em sua comercialização devido a mudança de hábitos alimentares da população nordestina e brasileira no decorrer dos anos 80 e 90 do século XX.

Como também esses donos de engenho começaram a sentir a sua decadência, com o baixo valor de mercado que era agregado ao valor final desses produtos.

Com toda essa gama de dificuldades que foram se delineando, perante a produção manufatureira dos engenhos de cana-de-açúcar. Muitos proprietários de Engenhos viram que era inviável manter as atividades de produção da cachaça e

rapadura devido ao fato do alto custo de produção desses produtos, gerarem desequilíbrio no momento de sua comercialização gerando assim prejuízo financeiro para eles.

E foi a partir dessa percepção que tiveram que muitos decidiram encerrar as atividades de produção desses produtos, e essa gama de fatos também se desencadeou nos engenhos de Alagoa Novas-PB, levando-os ao seu intenso processo de derrocada e decadência de suas atividades manufatureiras de produção de aguardente e rapadura.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando começamos analisar o fenômeno da decadência dos engenhos da cana-de-açúcar na década de 1990, do século XX. Observamos que essa decadência não foi só um fato consumado apenas em uma localidade geográfica.

Mas aconteceu essa derrocada de muitos outros engenhos não só em algumas outras cidades do interior do estado. Houve também esse efeito cascata em várias outras cidades do interior e regiões da zona da mata brasileira.

Na verdade o que aconteceu no Brasil durante os períodos colonial, imperial e republicano brasileiro, foi o total comprometimento desses governos como modelo de política econômica voltada para exportação do açúcar, que era produzido no Brasil, e, exportado para Europa.

Fazendo com que percebamos que nunca houve durante esses mais de quatro séculos que a cultura da cana-de-açúcar foi implementada no Brasil, uma política de desenvolvimento por esses governos através de incentivos financeiros e fiscais, por parte destes.

Para com os médios e pequenos engenhos de cana-de-açúcar do interior do Brasil, que produziam a aguardente e a rapadura, onde estes produtos faziam e ainda fazem parte da cultura alimentar, como também a aguardente é utilizada como bebida alcoólica, por uma grande parcela da população nordestina brasileira.

Observamos que toda política de desenvolvimento que foi impulsionada durante séculos pelos governos brasileiros, para com o desenvolvimento agro açucareira, se direcionou para beneficiar o aumento da produção do açúcar e conseqüentemente do álcool dos grandes proprietários de engenhos, e em seguida

com a instalação das modernas usinas, do álcool.

Então é fato que as políticas econômicas e de desenvolvimento das atividades agro açucareira no Brasil nunca tiveram como principal meta ajudar o alavancamento da produção agro açucareira dos engenhos banguês, e, sim suprimi-las.

Devido a esta constação defendida por vários estudiosos do assunto desenvolvemos um trabalho que explicita, os outros motivadores, não só de âmbito local, mas também a nível nacional que fizeram no decorrer do século XX e principalmente na década de 90 desse século, que fizeram que houvesse se não total, mas a parcial decadência de produção e funcionamento dos engenhos de cana-de-açúcar em Alagoa Nova-PB.

ABSTRACT

This article is a theoretical analysis of the economic reasons by the Portuguese metropolis that made were the installation of the first sugarcane mills in Brazil, where the crisis from sugar exports to the European consumer market was the leveraging of cattle culture within the colony. Makes a historical period and historicizes the formation of the city of New Alagoa, with its main economic activities from the eighteenth century, reports the period was installed the first mills of sugarcane in the village, where they keep the culture of derivative production of sugarcane in the future township for more than two centuries, and reports the major historical causes that contributed to the decay of these were devices from the 90s of the twentieth century.

Keywords: gadgets. Decadence, Location, Power Plants, Unions and sugarcane.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luis. Historia da Agricultura Brasileira, no tríplice aspecto político – social – econômico. São Paulo. Companhia editora nacional, 1994 – P 146

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste:** Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hicitec; Recife: Ipesp, 1995. P – 182 à 225.

FONTE, Eliane M.M. da. Reestruturação produtiva na área canavieira pernambucana: as soluções propostas e o papel do Estado. In: WANDERLEY, Maria de N.B.(Org.). Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais no

Nordeste brasileiro. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004. P – 179 à 180.

FURTADO, Celso. Formação do complexo econômico nordestino. In: **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P.101 – 106.

MOREIRA, Rui. O Espaço Agrário Capitalista. Formação do Espaço Agrário Brasileiro. 1. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1990. - P- 362

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A geografia das lutas no campo. Conflitos violência movimentos sociais e resistência a “nova republica” e a reforma agrária. 5 ed. São Paulo, Contexto, 1993. P. 29 à 30.

SILVA, Maria Patrícia Cabral da. AGRICULTURA FAMILIAR E RURALIDADE: PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS NO CENÁRIO DA MONOCULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR NA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/973.pdf> Acessado: 17 de Outubro de 2016.

SALES, José Borges de. Alagôa-Nova. Notícias para sua História/José Borges de Sales, - Fortaleza, Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso Ltda, 1990.

SODRÉ, Néelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 11. ed. São Paulo: Difel, 1982. P. 62 – 67.